

ATA DA 1628ª REUNIÃO PLENÁRIA – ORDINÁRIA, DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2021.

Início: 14 horas

Conselheiros presentes: Contadores **Carla** Cristina Tasso, Carlos **Darlan** Patil, **Gustavo** da Silva Miranda, **Mário** Zan Barros, **Mônica** Fernanda Santos Porto Pires, **Raquel** Cristina Nicolau Barbosa, **Reinaldo** Marques, **Roberto** Schulze, **Roney** Guimarães Pereira e **Simony** Pedrini Nunes Rátis, e os Técnicos em Contabilidade **Clair** Martins da Silva e **Rodrigo** Sangali, de forma presencial, e Contadores **Ana Rita** Nico Hartuique, **Miguel** dos Santos Costa e **Paula** Nazareth Koehler, de forma “online”

Ausência justificada: não houve

Ausência não justificada: não houve

Outras presenças: **Raquel Freixo**, Subsecretária de Competitividade, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico – SECTIDES, de forma “online”; **Conselheiros do CFC:** Contadores **Haroldo** Santos Filho e **Carlos Barcellos** Damasceno, ambos de forma “online”; **Conselheiros Suplentes:** Contadores **Edimarcos** Luchi, **Maurílio** Correia Santana e **Tamires** Endringer Zorzal, de forma presencial, e Contadora **Paula Antonela** Vieira Pinto e o Técnico em Contabilidade **Ademir** do Nascimento, de forma “online”; **Delegados:** Contadores **Antônio Jesus** Buson, de Cachoeiro de Itapemirim, **José Carlos** Bravo Alvarez Júnior, de Alegre, **Letícia** de Lurdes Soares Bastos, de São Mateus e **Sócrates** Rocha Ramos, de Colatina, todos de forma “online”; Assessora de Comunicação, **Danielle** Cristina Ramos Rodrigues e o Diretor Executivo, **Jorge** Tadeu Laranja, ambos de forma presencial

Após cumprimentar a todos a Presidente, Carla Cristina Tasso, iniciou a reunião às 14 horas, que correspondia à décima Sessão Plenária transmitida ao vivo pelo canal do CRCES no “YouTube”, e estava aberto um “Chat” para quem desejasse fazer alguma pergunta, sendo que a reunião foi mista, ou seja, presencial e por videoconferência, por meio da ferramenta “Zoom”. Em seguida franqueou a palavra ao Vice-Presidente de Política Institucional, Contador Roberto Schulze. I –

MENSAGEM DO DIA: fazendo uso da palavra, o Vice-Presidente de Política Institucional, Contador Roberto Schulze, falou da satisfação que é rever os amigos de profissão e compartilhar da companhia de todos, rogando a Deus que continue abençoando a todos e conforte aqueles que perderam seus entes queridos. Leu o poema “Saber Viver”, da poetisa Cora Coralina, que assim escreveu: “Não sei... Se a vida é curta Ou longa demais pra nós, Mas sei que nada do que vivemos Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: Colo que acolhe, Braço que envolve, Palavra que conforta, Silêncio que respeita, Alegria que contagia, Lágrima que corre, Olhar que acaricia, Desejo que sacia, Amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, É o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela Não seja nem curta, Nem longa demais, Mas que seja intensa, Verdadeira, pura... Enquanto durar.”, que remete a uma reflexão sobre a vida e como conduzi-la. Seguindo, leu uma mensagem deixada pelo Médium Chico Xavier, intitulada “Isso Também Passa”, que também serve de reflexão para esse momento de pandemia pelo qual todos estão passando e diz o seguinte: “Havia um homem que costumava ter em cima de sua cama uma placa escrita: ISSO TAMBÉM PASSA... Então perguntaram a ele o por que disso... Ele disse que era para poder se lembrar de que, quando estivesse passando por momentos ruins, eles iriam embora e que ele teria que passar por aquilo por algum motivo. Mas essa placa também era pra lembrá-lo de que, quando estivesse muito feliz, não deixasse tudo pra trás, porque esses momentos também iriam passar e momentos difíceis viriam de novo... E é exatamente disso que a vida é feita: MOMENTOS! Momentos os quais temos que passar, sendo bons ou não para o nosso próprio aprendizado. Por algum motivo... Nunca esqueça do mais importante: NADA É POR ACASO! Absolutamente nada. Por

48 isso temos que nos preocupar em fazer a nossa parte da melhor forma possível”. II –
49 **AUSÊNCIAS:** não houve. III – **PROJETO MÃOS DADAS:** dando seguimento, e em continuidade ao
50 Projeto Mãos Dadas, a Presidente, Carla Cristina Tasso, convidou a Srª Raquel Freixo,
51 Subsecretária de Competitividade, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação,
52 Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico - SECTIDES para fazer uso da palavra e
53 compartilhar experiências e informações pertinentes àquele Órgão. **3.1 – A Subsecretária de**
54 **Competitividade, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação**
55 **Profissional e Desenvolvimento Econômico - SECTIDES, Srª Raquel Freixo,** elogiou o nome do
56 Projeto “Mãos Dadas”, pois retrata o espírito colaborativo entre a iniciativa privada e a pública,
57 destacando que a iniciativa pública existe para servir a sociedade em todas as esferas, seja no
58 âmbito particular, seja no meio empresarial. Informou que sua Subsecretaria trata de projetos
59 que objetivam trazer competitividade para as empresas privadas, inclusive, mas não somente,
60 incentivos tributários. Falou sobre a unificação da Secretaria de Tecnologia, Informação e
61 Educação Profissional com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e ainda da
62 transparência e governança com que o governo do Estado vem desempenhando seu trabalho.
63 Falou também sobre incentivos tributários, tais como o Projeto de Lei Complementar - PLP nº
64 5/2021, em que se discute na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados a
65 alteração da Lei Complementar nº 160/2017, permitindo a prorrogação, por até 15 (quinze)
66 anos, ou seja, até 2032, das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais ligados
67 ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de
68 Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS para as
69 atividades comerciais, incluindo o setor atacadista. Falou sobre o Programa de Desenvolvimento
70 e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo - COMPETE/ES, instituído pela Lei Estadual
71 nº 10.568/2016, que “estabelece medidas e mecanismos de proteção à economia do Estado,
72 apoiando os setores ou segmentos da economia do Estado, em especial, para garantir a
73 competitividade e a ocupação de espaços no mercado, frente aos benefícios concedidos por
74 outras unidades federadas”; que o Programa tem por escopo colaborar com a expansão,
75 modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, incentivando investimentos,
76 renovação tecnológica e incremento da competitividade estadual, primando pela
77 manutenção/geração de empregos e renda e pela redução das desigualdades, o que obriga as
78 empresas que aderirem e assinarem o Pacto a se comprometem em promover o
79 desenvolvimento sustentável; aumentar o número de empregos no respectivo setor; capacitar e
80 qualificar mão de obra, dentre outros. Falou ainda sobre o Programa de Incentivo ao
81 Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST/ES, que visa contribuir para a expansão,
82 modernização e diversificação das Indústrias instaladas no Espírito Santo e o Programa de
83 Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo – GERAR cujo principal objetivo é estimular o
84 desenvolvimento da cadeia produtiva com sustentabilidade ambiental, social e econômica, e do
85 mercado de energia solar fotovoltaica, oferecendo isenção de ICMS e estimulando os Municípios
86 a isentarem os novos projetos de Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto sobre Propriedade
87 Predial e Territorial Urbana - IPTU. Ressaltou que benefício não é renúncia de receita, e sim,
88 crescimento econômico com geração de emprego e que as sugestões são bem vindas e podem
89 ser feitas através dos e-mails subcompe@sectives.es.gov.br ou gabinete@sectives.es.gov.br. Por
90 fim, agradeceu ao convite deixando uma reflexão da Madre Teresa de Calcutá, que diz: “Não
91 devemos permitir que alguém saia da nossa presença sem se sentir melhor e mais feliz.”. Na

sequência, respondendo a uma pergunta formulada pela Srª Fernanda Furtado Orletti, por meio do Canal do CRCES no "YouTube", acerca da importância dos incentivos fiscais durante o período da pandemia, a Subsecretária Raquel Freixo disse que o incentivo fiscal é política pública, e mesmo no período pandêmico o Estado do Espírito Santo conseguiu atrair novos investimentos e manter o nível de emprego por conta dos incentivos COMPETE-ES e INVEST-ES, embora existam setores que tenham sofrido mais. Na sequência a Presidente, Carla Cristina Tasso, agradeceu a participação da Subsecretária Raquel Freixo e informou que o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Rogério Pegoretti Caetano Amorim concordou em fazer uma "live", juntamente com a referida Subsecretária, para tratar do tema "incentivos fiscais". A Conselheira, Contadora Paula Antonela Vieira Pinto registrou demandou a Subsecretaria de Competitividade e foi muito bem recebida por aquela. Usando da palavra o Vice-Presidente de Política Institucional, Contador Roberto Schulze, parabenizou a Subsecretária e informou que colocará sua Pasta a serviço de angariar simpatizantes entre os Deputados para que prorrogação do prazo do incentivo fiscal seja aprovada. **V – EXPEDIENTE: 4.1 – Correspondências:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o Relatório de Correspondências foi encaminhado previamente aos Conselheiros e encontra-se à disposição para vista de quaisquer documentos. **4.2 – Representações:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o Relatório de Representações, encaminhado aos Conselheiros e Delegados, corresponde ao mesmo enviado à época da Sessão Plenária anterior, vez que desde então não foram comunicadas quaisquer participações em nome deste Conselho. **4.3 – Setor Jurídico:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o CRCES possui em torno de R\$ 5 milhões de reais de contingenciamento ativo e já recebeu 14% desse valor e que o Setor de Controle Interno está desenvolvendo um trabalho, em razão da fase prescricional, objetivando possíveis baixas de valores contingenciados, sendo que em Maio/2021 ocorreram 31 Acordos Judiciais que representaram uma movimentação de R\$ 117.955,00, dividindo-se em: 12 quitações à vista, totalizando de R\$ 37.928,04; 15 parcelamentos judiciais, no montante de R\$ 62.523,00 e 4 reparcelamentos judiciais, que totalizaram R\$ 17.503,96. Acrescentou que ocorreram 7 bloqueios, via Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário – SISBAJUD, com a transferência total de R\$ 21.257,02. **4.4 – Contratações em Geral:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que está quase concluindo o Plano de Trabalho previsto no início da gestão em termos de licitação. Na sequência apresentou um panorama geral das licitações que se encontram em andamento, previstas para serem realizadas em 2021, a saber: **a)** Leilão da sala no Ed. Navemar: em tramitação para cumprimento das etapas legais, estando no aguardo da autorização do CFC, cujo Ofício nº 55/2021-CRCES-Pres, fora enviado no último dia 13 de maio; **b)** Sistema de Gestão Integrada: o processo está em análise com vistas à definição dos valores máximos admitidos; **c)** Elaboração dos projetos e fiscalização da reforma do auditório e construção da área de vivência: contratação concluída, com economia de R\$ 13.986,65, porém está-se aguardando a licença do Corpo de Bombeiros; **d)** Reforma do auditório e construção da área de vivência: será realizada nova licitação para a contratação da execução da reforma da área interna da sede do CRCES, agora na modalidade Pregão do tipo Eletrônico, possibilitando ampliação da quantidade de empresas participantes, tendo em vista que a licitação realizada anteriormente, que se deu modalidade Tomada de Preços foi fracassada, não por falta de participantes, mas porque os Balanços apresentados pelas licitantes estavam fora das Normas Contábeis, o que as levou a serem inabilitadas; **e)** Sistema de Atendimento: contratação concluída, sem redução em relação

ao valor estimado; **f)** Licenciamento para hiperconvergência: a licitação, dividida em 3 lotes, foi aberta e encontra-se na fase recursal. Estima-se que até o final do ano todos os funcionários terão computadores funcionando; **g)** terceirização de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional: processo encontra-se na fase de instrução processual, estando no Setor Jurídico. Por fim, informou que foi encaminhada para todos os Conselheiros e Delegados uma tabela com todas as licitações concluídas neste ano e a diferença entre o valor total estimado para as licitações realizadas, que girou em torno de R\$ 475 mil reais, e o valor efetivamente contratado, resultando numa economia de R\$ 120.326,43, disse ainda que todas as informações sobre as licitações encontram-se no Portal de Transparência. **4.5 – Inadimplência:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que fez uma modificação bem expressiva na forma de cálculo e apresentação da inadimplência. Falou que a inadimplência vinha girando em torno de 30% e era calculada em relação à receita global, porém agora está segregando os tipos de Receitas Correntes. Solicitou que fossem recalculados os percentuais separando o que é anuidade do exercício de outras receitas, e de receitas de exercícios anteriores, de forma a possibilitar a realização de um trabalho mais preciso em relação às anuidades do exercício e a apuração da verdadeira inadimplência do ano. **4.6 – Eleições de 2/3 (dois terços) do Plenário:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o processo eleitoral para renovação de 2/3 do Plenário acontecerá em todo Brasil e que este CRCES já iniciou os procedimentos, inclusive na 1627ª Sessão Plenária, ocorrida no último dia 25 de maio, foi instituída a Comissão Eleitoral, bem como aprovada sua composição, cuja Portaria nº 56, de 28 de maio de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 9 de junho. **4.7 – Apresentação do resumo de atividades:** **a) Desenvolvimento Profissional:** a Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional, Contadora Ana Rita Nico Hartuique, informou que em relação ao Projeto Seminários e Encontros foram realizados dois seminários, um sobre “*Compliance*” e outro sobre “Sistema Público de Escrituração digital – SPED”, e o Evento do Dia da Mulher; que em relação ao Projeto Cursos e Eventos ocorreu o “*Workshop*” “Atuando em conformidade com a LGPD” e mais 24 cursos, incluindo o Curso de Aperfeiçoamento em Contabilidade Pública, que se encontra em andamento, com mais de 400 inscritos de todo Brasil, cujo Módulo I foi realizado, estando no Módulo II. Informou que estão previstos para serem realizados no segundo semestre 18 eventos, dentre os quais destacou o “Curso Auditoria em Foco”, o “Curso de Peritos” e o “Dia do Contador”. Relatou que os cursos oferecidos pelo CRCES totalizaram 22 frente aos 20 pontos obrigatórios exigidos pelo CFC e lembrou que todos os Conselheiros precisam cumprir, no mínimo, 15 horas de cursos. Comunicou que no dia 9 de junho participou de reunião com todos os Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional do Sistema CFC/CRCs mais o próprio CFC, onde trataram do curso “Contador Parceiro - Construindo o Sucesso”, sendo que para realizar a inscrição basta acessar o “site” do CFC ou do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE Nacional. Disse que esse curso tem o objetivo de atualizar o profissional contábil na área de gestão, empreendedorismo e inovação visando criar assessoria para os pequenos negócios, isto é, criar contadores consultores. Disse ainda que o curso terá 18 meses de duração e é totalmente gratuito e “online”. Ressaltou que o CRCES precisará efetuar 2079 inscrições até 2023, sendo que atualmente existem 129 inscritos. Discorreu também sobre a parceria entre o CRCES e o SEBRAE-ES chamada “Contador Consultor”. Na oportunidade a Conselheira, Contadora Mônica Fernanda Santos Porto Pires, falou que essa parceria está sendo muito enriquecedora para os participantes, principalmente para quem faz parte do Programa de

Voluntariado da Classe Contábil – PVCC e ainda, que em maio, durante a Semana do Microempreendedor Individual – MEI, por meio do PVCC, em torno de 10 voluntários por dia participaram dos atendimentos, bem como que terminada essa semana, os atendimentos decorrentes dessa parceria continuaram. Por fim convidou os profissionais para fazerem suas inscrições no PVCC, reafirmando que esse Projeto também contribui para o crescimento profissional do participante. **b) Fiscalização, Ética e Disciplina:** o Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Contador Reinaldo Marques, informou que os Projetos possuem metas a serem atingidas, estabelecidas pelo CFC; que no Projeto 2001 que se refere às Organizações Contábeis e dos Profissionais atingiu 100% da meta estabelecida para parcerias e convênios, vez que foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com seis Prefeituras, a saber: Alegre, Domingos Martins, Linhares, Venda Nova Imigrante, Viana e Vitória e que a Presidente, Carla Cristina Tasso, contatou a Associação dos Municípios do Espírito Santo - AMUNES para efetuar convênios com todas as Prefeituras; que as palestras orientativas estão sendo através de vídeos e os temas escolhidos foram Contrato; Distrato; Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; Registro Profissional e de Organizações Contábeis; Demonstrações Contábeis; Denúncias e Principais Irregularidades; Disse que sobre as denúncias e comunicação de irregularidades, com a mudança da legislação do CFC, a denúncia passou a fazer parte de um conjunto que pode ser denúncia, comunicação de irregularidade ou representação, e que no período de janeiro a maio registrou 23 protocolos. Falou que as diligências aos escritórios das organizações contábeis e profissionais estão sendo realizadas de forma eletrônica, tendo sido atingido até o mês maio quase 60% da meta prevista para todo o ano; que os Portais de Transparência dos Órgãos Públicos também são objeto de análise e que neste mês de junho estão sendo fiscalizados os Conselheiros que fazem parte dos dois terços do Plenário, cujo mandato encerra neste ano. Destacou que do total de fiscalização 20% é no interior do Estado. Informou também que em relação ao Projeto 2002, destinado às Empresas Não Contábeis, a meta de fiscalização de empresas comerciais, prestadoras de serviços ou indústrias já foi ultrapassada, assim como de entidades sem fins lucrativos e cooperativas, de órgãos públicos, de entidades desportivas, de entidades financeiras e de entidades de previdência complementar, sempre observando o mínimo de 20% das diligências no interior do Estado. Relatou que no momento está desenvolvendo fiscalização nos pedidos de baixa junto ao Setor de Registro para confirmação do cumprimento da condição para baixa de registro, e atuando junto ao profissional aprovado no exame de suficiência para providenciar seu registro junto ao CRCES. Informou que a fiscalização de muitas empresas constantes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, da Receita Federal está sendo muito trabalhosa porque, embora muitas empresas não atuem na área contábil, têm registro de atividades contábeis na Receita Federal e não procuraram atualizar os seus cadastros. Por fim, mencionou que mesmo com o reduzido número de funcionários e falta de equipamentos apropriados o Setor de Fiscalização vem obtendo um desempenho satisfatório. Disse que em junho foram julgados 91 processos na Câmara de Ética e Disciplina, 18 processos na Câmara de Fiscalização, 13 processos no Tribunal de Ética e Disciplina e 2 processos na Sessão Plenária. Lembrou que ainda que os Conselheiros precisam abrir seus e-mails e concordarem com o processo de fiscalização. **c) Registro:** o Vice-Presidente de Registro, Contador Carlos Darlan Patil, disse que neste mês foram julgados 100 processos, sendo 25 de baixa de pessoa física, 8 de baixa de pessoa jurídica, 31 de registro de novos profissionais, 9 de registro de empresário e 9 de restabelecimento de registros, e infelizmente 7 cancelamentos de

registros de profissionais por motivo de falecimento. **d) Política Institucional:** o Vice-Presidente de Política Institucional, Contador Roberto Schulze, explicou que sua pasta tem a função de promover a aproximação do Conselho com a classe política. Informou que o CFC editou a Portaria nº 152/2021, criando um Grupo de Trabalho, do qual fará parte, para discutir as Normas de Contabilidade para o Terceiro Setor. Disse que o Governo do Estado, em 17 de junho, encaminhou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei sobre REFIS e complementou que muito embora não seja um pleito dos profissionais da contabilidade, faz-se necessário estabelecer contato com os Deputados Estaduais para procurar convencê-los da importância da matéria para a geração de emprego e de impostos. Falou que em nível Federal, em relação à Proposta de Emenda à Constituição - PEC 108, que trata dos Conselhos de Classe, o Deputado Federal Édio Vieira Lopes apresentou seu relatório, porém não foi do agrado dos representantes dos Órgãos, os quais irão buscar uma alternativa a esse relatório. Disse ainda que em relação ao Projeto de Lei – PL nº 05/2021, que tramita em Brasília, o Conselheiro Haroldo Santos Filho estará trabalhando para demonstrar a importância do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo - COMPETE para o Espírito Santo. Falou que a Receita Federal está notificando vários contribuintes por problemas com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED Contábil, com a Escrituração Contábil Fiscal - ECF, fazendo cruzamento de informações de 2016 e 2017. A Presidente, Carla Cristina Tasso, comentou que a Receita Federal pediu uma reunião para tratar do tema “Malha Fiscal Tributária – Pessoa Jurídica”, a qual não com o CRCES, mas com Contadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

4.8 – Apresentação do resumo das atividades pela Vice-Presidência de Controle Interno: o Vice-Presidente de Controle Interno, Contador Gustavo da Silva Miranda, comentou sobre as Receitas Corrente e de Capital. Observou que o CRCES atingiu a menor inadimplência de profissionais (21,28%) e de Organizações Contábeis (4,92%) dos últimos 3 anos. Que as Receitas Correntes realizadas correspondem a 84% do previsto para o ano e que as Despesas executadas correspondem a 47%, sendo que este percentual refere-se a apenas 5 dos 12 meses. Ressaltou que a primeira vista pode-se pensar que este percentual deveria corresponder a aproximadamente 41%, porém, ocorrem muitas despesas são realizadas apenas uma vez com cobertura para o ano inteiro. Informou que essas despesas são examinadas com muito cuidado para não ultrapassarem os valores estabelecidos mês a mês. Observou que o Resultado Financeiro apresentou um superávit de R\$ 3,6 milhões de reais. **4.9 – Informativo sobre o GTFAZ:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que as atas estão disponíveis no site do CRCES para quem tiver interesse em acessar e que as próximas reuniões serão transmitidas ao vivo pelo “YouTube” com o objetivo de dar maior transparência aos pedidos e às discussões.

4.10 – Informativo sobre o Fórum REDESIM: a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que, assim como no caso do GTFAZ, as atas do Fórum Redesim também estão disponíveis no site do CRCES. As próximas reuniões do GTFAZ serão transmitidas ao vivo pelo “YouTube” para dar transparência aos pedidos e às discussões. Antes de passar à Ordem do Dia a Presidente, Carla Cristina Tasso, franqueou a palavra aos Conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Contadores Haroldo Santos Filho e Carlos Barcellos Damasceno. **a) O Conselheiro, Contador Haroldo Santos Filho,** informou que no mês passado substituiu o Vice-Presidente de Assuntos Políticos Institucionais, Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho, na reunião do Conselho Diretor do CFC, onde as matérias são tratadas antes de serem encaminhadas ao Plenário. Que naquela oportunidade chegou para apreciação na reunião um pedido de auxílio

complementar do CRCES para ser utilizado como subsídio das reformas das salas do Ed. AMES, hoje alugadas para o Governo do Estado. Disse que apesar de o processo encontrar-se muito bem fundamentado, pelo que parabenizou o CRCES pela sua instrução, a Câmara que o analisou primeiramente havia emitido parecer denegatório em razão do “superávit” financeiro apurado no ano. Acrescentou que diante disso pediu vistas ao processo para tomar conhecimento do pedido e poder encontrar um viés, dentro da legalidade, para alcançar resultado favorável ao CRCES em novo julgamento, que se dará em outubro ou novembro. Disse ainda acreditar que com o crescente número de vacinados no Brasil, em agosto, já se possa frequentar o Congresso Nacional, pois o trabalho de acompanhamento das legislações de interesse dos profissionais da Contabilidade fica muito prejudicado sem o corpo a corpo necessário nas relações institucionais.

b) O Conselheiro, Contador Carlos Barcellos Damasceno, informou que em maio participou de uma reunião com a Receita Federal e, se puder, gostaria de participar dessa reunião que reunirá os contadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Observou que está ocorrendo um estreitamento na relação entre o CFC e a Receita Federal. Que assim como em relação aos processos que decorreram da reunião sobre a Classificação Nacional Atividade Econômica (CNAE), houve um avanço para que seja firmado um Convênio no sentido de dispormos da informação dos profissionais que estão com problemas no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED Contábil e na Escrituração Contábil Fiscal - ECF. Relatou que também foi organizada uma “live” para orientações sobre Declaração de Débitos e Créditos Tributários via Web - DCTF-WEB e que os art. 36 e 37 da Resolução CRC nº 1503, que tratam da prescrição dos processos, serão tema para informação aos Conselhos. Informou que a Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Sandra Maria de Carvalho Campos e o Presidente Zulmir Evânio Breda estão em tratativas com o Setor Jurídico para agilizar os processos. Informou a existência de um movimento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES para fechar as representações nos Municípios de Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e Linhares, cujo custo de manutenção é superior a R\$ 1 milhão de reais por ano, pelo que então sugeriu manter dentro da estrutura das Associações de Contadores desses Municípios algumas atividades da JUCEES. A Presidente, Carla Cristina Tasso, disse que a tendência é ser tudo “online”, tanto que as representações da Receita Federal estão fechando no Brasil inteiro, está acabando o atendimento presencial, motivo pelo qual sugeriu a permanência da Delegacia Virtual. Disse ainda que a JUCEES informou que os atendimentos presenciais são muito pequenos e que o “Fale Conosco” fechou com zero atendimento pendente. Também se manifestou favorável à utilização das Delegacias dos CRCES como base de apoio. **V – ORDEM DO DIA: 5.1 –**

Apresentação dos Relatórios Financeiros e Contábeis e análise e deliberação quanto ao Balancete de Maio/21: o Vice-Presidente de Administração e Finanças, Contador Roney Guimarães Pereira, apresentou o Balancete de maio informando que o orçamento inicial era de R\$ 5,65 milhões de reais, porém foi acrescidos de R\$ 1 milhão de reais, passando a R\$ 6,65 milhões de reais. Relatou que foi arrecadado, até maio, o montante de R\$ 4,6 milhões de reais, correspondendo a aproximadamente 84% da Receita Corrente prevista para 2021. Já a Despesa Corrente foi da ordem de R\$ 2,3 milhões de reais, correspondendo a 46% do total fixado para 2021. Demonstrou que a Receita de Capital foi prevista em R\$ 181 mil, mas somente arrecadou-se o equivalente a 0,88%, enquanto que a Despesa de Capital fixada foi de R\$ 1,706 milhão de reais, porém efetivamente somente foi executado o montante de R\$ 114 mil reais, ou seja, 6,7%. Por fim falou do Resultado Orçamentário Corrente que alcançou a cifra de R\$ 2,297

milhões de reais. Dando prosseguimento a Presidente, Carla Cristina Tasso, colocou o Balancete de maio/2021 em discussão e votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. **5.2 – Aprovação da Resolução que institui o novo Regimento Geral das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta no âmbito do CRCES:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que em face da Resolução CFC nº 1.607/2020, que aprovou o Regimento das Comissões de Conduta do Conselho Federal de Contabilidade e revogou a Resolução CFC nº 1.564/2019, fora proposta a edição, nos mesmos moldes do CFC, da Resolução cuja minuta fora encaminhada com antecedência para todos os Conselheiros, tratando do novo Regimento Geral das Comissões de Acompanhamento e Avaliação da Conduta no âmbito deste CRCES, inclusive revogando a Resolução anterior de nº 397/2019. Em seguida a Presidente, Carla Cristina Tasso, colocou a matéria em discussão e votação tendo a Resolução, que receberá a denominação **Resolução CRCES nº 425/2021**, sido **aprovada por unanimidade**. **5.3 - Aprovações da Resolução que Institui o Programa de Demissão Voluntária – PDV do CRCES:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que a minuta da Resolução foi encaminhada com antecedência para os Conselheiros. Dito isso, colocou a matéria em discussão e votação tendo a Resolução, que receberá a denominação de **Resolução CRCES nº 426/2021**, sido **aprovada por unanimidade**. **5.4 – Ata da 1627ª Reunião Plenária, Ordinária:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que a Ata da 1627ª Reunião Plenária (Ordinária), realizada em 25 de maio de março de 2021 fora enviada antecipadamente aos Conselheiros e como não houve proposta de alteração foi **aprovada por unanimidade**. Em seguida, submeteu ao Plenário e **obteve a homologação das Atas** das Reuniões Ordinárias das seguintes Câmaras: **5.5 – Câmara de Administração e Finanças** - CAF nº 73; **5.6 – Câmara de Controle Interno** - CCI nº 182; **5.7 – Câmara de Ética e Disciplina** - CED nºs 269 e 270; **5.8 – Câmara de Fiscalização** - CF nºs 217 e 218; **5.9 – Câmara de Registro** - CR nº 457; **5.10 – Tribunal Regional de Ética e Disciplina** - TRED nº 264. **5.11 – Julgamento de Processo:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, anunciou o julgamento de dois processos, a saber: **a) Processo** relatado pelo Conselheiro RODRIGO SANGALI. Número do Processo: U-2020/000199 - L. DE S. BORGES CONTABILIDADE-ES-005384/O. Fato único: Explorar atividades contábeis sem registro cadastral no CRCES e falta de estruturação legal, o que identificamos por meio de código na Classificação Nacional Atividade Econômica (CNAE) sob nº 6920-6/01 que se refere à atividade de Contabilidade e o não atendimento à notificação nº 2020/000221. Enquadramento: Organização: art. 15 do Decreto Lei nº 9.295/46, c/c arts. 21, § 1º, e 27 da Resolução CFC nº 1370/11 e com arts. 1º e 3º, incisos I e II da Resolução CFC nº 1.555/18. Decisão: Parecer do Conselheiro Revisor no sentido de ARQUIVAR o processo, o que foi **aprovado por unanimidade**. **b) Processo** relatado pela Conselheira RAQUEL CRISTINA NICOLAU BARBOSA. Número do Processo: U-2020/000322 - FELIPE DE ALMEIDA RODRIGUES 13206689767- ES-028053/K. Fato único: Explorar atividades contábeis sem registro cadastral no CRCES e falta de estruturação legal, o que identificamos por meio de código na Classificação Nacional Atividade Econômica (CNAE) sob nº 69.20-6-01 que se refere à atividade de Contabilidade e o não atendimento à notificação nº 2020/000550. Enquadramento: Organização: art. 15 do Decreto Lei nº 9.295/46, c/c arts. 21, § 1º, e 27 da Resolução nº CFC 1370/11 e com arts. 1º e 3º, incisos I e II da Resolução CFC nº 1.555/18. Decisão: Parecer da Conselheira Relatora no sentido de CONCEDER PRAZO de 15 (quinze) dias para apresentação do comprovante de inscrição com situação cadastral baixado para atendimento ao Ofício nº 0258/2021, o que foi **aprovado por unanimidade**. **VI – CONSIDERAÇÕES GERAIS: 6.1 –** A Presidente, Carla Cristina Tasso, informou

a) que vai fazer algumas reformas administrativas no CRCES, como por exemplo, o horário de funcionamento que será único, 8h às 17h para todos, sendo que o atendimento continuará, de 9h às 15h, preferencialmente por agendamento, o que deverá ser feito pelo “site” do CRCES, lembrando que os protocolos estão sendo feitos “online”; b) que em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, está oferecendo um curso na área de Contabilidade Pública que hoje já conta com mais de 400 inscritos, sendo os participantes de vários Estados da Federação; c) que o Projeto “Conhecer para Evoluir” iniciou no 1º semestre com a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim - FACCACI e a Faculdade de Aracruz, e no 2º semestre será a vez de Vila Velha e Vitória; d) que conseguiu retorno positivo da Associação dos Municípios do Espírito Santo - AMUNES ao ofício enviado pelo CRCES solicitando que as Prefeituras dispensem atendimento prioritário aos contadores e vai realizar reunião para ajustar o encaminhamento; e) que a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES vai fazer modificação no processo de autenticação dos Balanços, das Demonstrações Contábeis, e que devido a isso a Presidente, Carla Cristina Tasso, solicitou o auxílio das Associações para elaboração de esboço de como seria esse procedimento para autenticação dos Balanços, seguindo as Normas Internacionais de Contabilidade, o que irá encaminhar para a Junta Comercial; f) que a Prefeitura de Colatina enviou e-mail solicitando indicação de profissional da contabilidade para composição da Junta de Recursos Fiscais, sendo que o envio de currículos de interessados, para formação de uma lista tríplice, será solicitado através de “Card” exposto nas redes sociais do CRCES. 6.2 – O Vice-Presidente de Administração e Finanças, Contador Roney Guimarães Pereira, registrou a participação de vários profissionais de Cachoeiro de Itapemirim. 6.3 – A Conselheira, Contadora Simony Pedrini Nunes Rátis, comentou que diante da fala do Conselheiro Haroldo Santos Filho, de que o CFC talvez não aprovasse a solicitação de ajuda de custo do CRCES porque apresentou “superávit” no período, seu entendimento é de que essa posição faz com que o bom gestor seja penalizado. 6.4 – O Conselheiro, Contador Mário Zan Barros, concordou com a fala da Conselheira de que os bons gestores são preteridos e os maus beneficiados. VII – ENCERRAMENTO: a Presidente, Carla Cristina Tasso, agradeceu a presença de todos e confirmou a realização da próxima Reunião Plenária em julho, que em princípio será por videoconferência. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão cuja Ata segue assinada pelos Conselheiros abaixo subscritos

- assinado digitalmente -

Contadora Carla Cristina Tasso
Presidente

- assinado digitalmente -

Contadora Ana Rita Nico Hartuique
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

- assinado digitalmente -

Contador Carlos Darlan Patil
Vice-Presidente de Registro

- assinado digitalmente -

Contador Gustavo da Silva Miranda
Vice-Presidente de Controle Interno

401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444

- assinado digitalmente -

Contador Reinaldo Marques
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

- assinado digitalmente -

Contador Roberto Schulze
Vice-Presidente de Política Institucional

- assinado digitalmente -

Contador Roney Guimarães Pereira
Vice-Presidente de Administração e Finanças

- assinado digitalmente -

Técnico em Contabilidade Clair Martins da Silva
Conselheiro

- assinado digitalmente -

Contador Mário Zan Barros
Conselheiro

- assinado digitalmente -

Contador Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

- assinado digitalmente -

Contadora Mônica Fernanda Santos Porto Pires
Conselheira

- assinado digitalmente -

Contadora Paula Nazareth Koehler
Conselheira

- assinado digitalmente -

Contadora Raquel Cristina Nicolau Barbosa
Conselheira

- assinado digitalmente -

Técnico em Contabilidade Rodrigo Sangali
Conselheiro

- assinado digitalmente -

Contadora Simony Pedrini Nunes Rátis
Conselheira